

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE SAÚDE REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2025

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e quatorze minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, realizou-se Audiência Pública promovida pela Comissão de Defesa da Saúde, conforme processo administrativo número 0527/2025 e de acordo com a Resolução número 88/2016, através do Edital 19/2025, com a finalidade de abordar assuntos sobre a demonstração e avaliação do relatório da saúde referente ao primeiro trimestre de 2025, compreendendo os meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2025. A audiência foi transmitida em tempo real pelo YouTube através do canal da TV Câmara Municipal de Petrópolis e pela SPED Fiber nos canais 23.2 e 98. O Presidente da Comissão, Vereador Aloisio, deu início aos trabalhos registrando a presença dos vereadores Tiago Leite Guel e Júlia Casamasso. Posteriormente foram registradas as presenças dos vereadores Léo França, Thiago Damaceno e Professora Lívia Miranda. Para composição da mesa principal foram convidados o senhor Luís Cruzick, Secretário de Saúde; o senhor Gustavo Gonzales Carneiro, Diretor Presidente do SERC; o senhor João José, Diretor Administrativo do SERC; o senhor Anderson Garcia, Coordenador de Fluxos Processuais Estratégicos da Secretaria de Saúde; a senhora Carla Kling, Superintendente de Urgência, Emergência e Hospitalar; o senhor Carlos Alberto Pereira da Silva, Superintendente de Planejamento e Apoio à Gestão; a senhora Michele Lagos, Superintendente de Administração, Finanças e RH; a senhora Ana Deacques, Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação; a senhora Fabíola Reque, Superintendente de Atenção à Saúde; e o senhor Dr. Luiz Arnaldo, Diretor Técnico do Hospital Alcides Carneiro. A Vereadora Júlia Casamasso agradeceu a presença de todos e destacou a importância da audiência trimestral. Solicitou que alterações futuras no relatório sejam sinalizadas para facilitar a análise, mencionando que receberam um relatório retificado no dia da audiência. Informou sobre o grupo de trabalho no Ministério Público coordenado pela Dra. Vanessa César, em conjunto com a Comissão de Saúde, visando melhorar o relatório e tornar as audiências mais efetivas. O Vereador Thiago Damaceno parabenizou a Secretaria pelo trabalho realizado, reconhecendo as dificuldades da saúde pública. Destacou especialmente o trabalho do Secretário Luiz Cruzick e do Diretor Presidente do SERC, Gustavo Carneiro, pela dedicação e prontidão no atendimento às demandas. O Presidente Vereador Aloisio reforçou o papel da Casa Legislativa em fiscalizar e auxiliar o executivo. Solicitou cuidado para evitar alterações de última hora nos relatórios, reconhecendo que a lei permite mas dificulta a avaliação pelos vereadores. O Secretário Luiz Cruzick cumprimentou todos os presentes e reconheceu que a saúde é uma pasta sensível, mas que procuram fazer o melhor. Colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas e prestar contas à sociedade, comparando a complexidade da saúde a uma outra prefeitura. Vereador Léo França solicitou questão de ordem propondo que as dúvidas fossem esclarecidas durante a apresentação, argumentando que o relatório havia chegado às 10 horas da manhã. O Presidente ponderou sobre o prolongamento da audiência considerando outra audiência às 18 horas. O Vereador Tiago Leite esclareceu que foram apenas pequenas atualizações. Carlos Alberto confirmou que foram três páginas atualizadas devido ao deslocamento de tabelas, conforme permite a lei. Carlos Alberto Pereira da Silva, Superintendente de Planejamento e Apoio à Gestão, iniciou a apresentação esclarecendo que as modificações consistiram apenas em duas produções de unidades que faltavam das UPAs e das UPHs Pedro do Rio e Posse, uma tabela que ainda não havia chegado, mas que apareceria na apresentação. Informou que conforme discutido nas reuniões anteriores conjuntas entre Câmara, equipe da saúde e Ministério Público, estava citando as páginas correspondentes no relatório para melhor organização. A apresentação iniciou com a citação da lei complementar mencionada em todos os relatórios e a lei municipal, destacando que está havendo discussão de revisão desta última. Foram apresentados os acontecimentos do trimestre incluindo carretas da saúde, convênio com resolução de litígio, renovação do convênio com Alcides Carneiro com renegociação de dívida de 14 milhões, débitos do Centro de Terapia, início das obras da UBS Alto da Serra, finalização da UBS Bing, linha de referência para pacientes de glaucoma com a UNIFASE, implantação do protocolo de risco no Nelson do SERC, mutirão de castração com mais de 100 cães castrados, vacinação em mais de 5.000 animais, atividades do Dia da Mulher no centro de saúde no ambulatório do Alcides Carneiro, e destaque nacional do programa Amamenta Petrópolis incluído em livro de boas práticas do SUS. Foram destacados também o reconhecimento da ouvidoria municipal em encontro nacional, a escolha do Alcides Carneiro para participar de projeto de reestruturação de hospitais públicos com intervenção de instrumentalização de

Tam



gestão. A apresentação prosseguiu com dados obrigatórios incluindo população estimada e população com plano privado, lembrando que o SUS é público e todos podem utilizar, mas observando que a população com plano privado está diminuindo a cada ano. As fontes de recursos aplicados no período foram detalhadas, mostrando as receitas tripartite do fundo nacional, estadual e municipal, destacando que continua sendo um grande aporte financeiro municipal, ficando entre o município e o governo federal. Foram apresentadas as emendas parlamentares que entraram no período para aquisição de equipamentos do SERC e equipamentos para postos de saúde, ressaltando que hoje é obrigatória a prestação de contas de qualquer recurso de emenda parlamentar no relatório quadrimestral e anual de gestão. As despesas foram detalhadas por área: atenção básica com 10 milhões pagos no período, assistência hospitalar com 108 milhões pagos, suporte profilático incluindo medicamentos e material de consumo com 237 mil, vigilância sanitária e epidemiológica com 1.361.000, administração geral com 62 milhões incluindo pessoal, diárias e outros serviços, e controle ambiental agregado à vigilância. Foram apresentados os restos a pagar dos anos anteriores desde 2018 até 2024, reconhecidos pelo município após fechamento pelo financeiro. A participação municipal foi de 21,7%, quase 22%, superior aos 15% exigidos por lei. Foram relacionadas as auditorias realizadas com referência às páginas do relatório devido ao item ser expressivamente grande. A oferta de produção da rede própria e conveniada foi detalhada começando pela atenção primária com consultas e procedimentos realizados, incluindo a média do PREFAPS como indicador estadual, metas estabelecidas para consulta médica e de enfermagem na atenção primária, totalizando 220.000 consultas e 403.000 procedimentos, além de 85.111 procedimentos específicos na atenção primária. As visitas domiciliares foram quantificadas em 139.000 pelos agentes comunitários de saúde e 150 por profissionais de nível médio e técnico. Foi destacado o reconhecimento da EMULTI como uma das que mais produz no estado do Rio de Janeiro. Na atenção secundária, média e alta complexidade foram apresentadas as ações de promoção à saúde nas unidades, ações coletivas de vigilância saúde totalizando 178.000 atividades de grupo ou assistência com mais pessoas, e vigilância saúde com 1.575 ações. Os procedimentos de diagnose totalizaram 565.000, baseados em sistema ministerial que pode ser tabulado por qualquer pessoa, incluindo 9.854 tomografias, 24.000 ultrassonografias, entre outros. Os procedimentos clínicos na especialidade incluindo consultas, fisioterapia, tratamentos clínicos e oncológico totalizaram 348.000 no quadrimestre, com observação de que os dados de abril ainda não conseguem chegar a tempo, sendo apresentados no quadrimestre seguinte devido a questões sistêmicas nacionais. Os procedimentos cirúrgicos totalizaram 9.515, transplantes de tecido e células foram 15, órteses e próteses 14.475. A saúde bucal foi destacada devido à nova lei de 2023 que a coloca em assistência específica, com 4.720 atendimentos nos centros de especialidades incluindo radiografia, cirurgia e odontologia. A saúde mental registrou 31.002 atendimentos incluindo residências terapêuticas com destaque para desinstitucionalização, mencionando um paciente que retornou para casa recentemente. A rede hospitalar foi apresentada com os indicadores do Alcides Carneiro incluindo POA pactuado e executado, número de internações por média mensal. O Nelson de SERC teve seus indicadores detalhados incluindo leitos operacionais, internações, taxa de mortalidade hospitalar, 15.822 atendimentos de emergência e 7.188 atendimentos ambulatoriais. O Santa Teresa apresentou seu POA contratualizado com indicadores dentro do documento, destacando que a clínica cirúrgica ultrapassou o atingido e ambulatorial e média complexidade atingiram 96%. O faturamento de cada hospital foi apresentado em AIH e valor, totalizando 11.000 nos hospitais com recursos vinculados e 7.694 com recursos próprios. A rede de urgência e emergência consolidou 151.000 atendimentos nas UPAs, apresentou números das UPHs, 28.000 atendimentos no Leonidas Sampaio, e tipos de atendimento do SAMU regional especificados para o município. A vigilância em saúde apresentou inspeções da vigilância sanitária, ações de vigilância e saúde ambiental, quantificação de imóveis visitados influenciando no indicador da LIRA. O bem-estar animal através do COBE registrou 252 denúncias recebidas, 163 atendidas, vacinação de animais recolhidos e 35 animais resgatados. As filas de regulação foram apresentadas para cirurgias, exames e consultas reguladas aguardando, com observação de que não foi possível incluir consultas atreladas neste momento, ficando para o próximo quadrimestre. A apresentação foi finalizada com indicação do site da prefeitura onde toda documentação fica disponível e painéis construídos para transparência. Ao final da apresentação, o Presidente da Comissão estabeleceu metodologia de questionamentos iniciando pelos vereadores com tempo de 5 minutos para perguntas devido ao prazo limitado, considerando audiência da Defesa Civil às 18 horas, totalizando 10 minutos por

Paine

vereador incluindo respostas e tréplica, iniciando pelas vereadoras presentes. A Vereadora Júlia Casamasso observou que cinco minutos eram muito poucos para tirar todas as dúvidas, mas prosseguiu agradecendo ao Carlos por ter implementado algumas solicitações do grupo de trabalho do Ministério Público no relatório, considerando fundamental para facilitar a compreensão dos dados, tornar a apresentação mais dinâmica e otimizar o tempo para que não apenas os vereadores pudessem fazer perguntas, mas também quem acompanha a audiência, tornando o relatório mais efetivo. Reconheceu que ainda há muito que caminhar, mas agradeceu a apresentação e o compromisso em colocar em prática de forma rápida os pedidos feitos no grupo de trabalho. A vereadora relatou que infelizmente têm recebido muitas denúncias da população por conta de falta de medicamento, redução do salário dos profissionais da saúde, redução das equipes, filas para realização de atendimentos e exames, e tempo de espera muito longo para atendimento nas emergências, preocupações que têm chegado ao gabinete através de denúncias da população. A vereadora apresentou onze perguntas organizadas ponto a ponto, entregues ao Carlos para facilitar o entendimento, atendo-se apenas às perguntas sem comentários para otimizar o tempo. A Vereadora Júlia Casamasso observou que cinco minutos eram poucos para esclarecer todas as dúvidas, mas agradeceu ao Carlos por implementar solicitações do grupo de trabalho do Ministério Público no relatório, facilitando a compreensão dos dados e tornando a apresentação mais dinâmica. Reconheceu que ainda há muito a caminhar, mas agradeceu o compromisso em colocar rapidamente em prática os pedidos do grupo de trabalho. A vereadora relatou que têm recebido muitas denúncias da população sobre falta de medicamentos, redução de salários dos profissionais da saúde, redução das equipes, filas para atendimentos e exames, e tempo de espera longo nas emergências. A vereadora apresentou onze perguntas organizadas, entregues ao Carlos para facilitar o entendimento. A primeira referiu-se aos agravos, questionando que o mais notificado foi violência interpessoal autoprovocada, dados não discriminados, constituindo entrave para políticas públicas, já que violência interpessoal e autoprovocada demandam medidas distintas, solicitando dados separados. A segunda pergunta observou que o Alcides Carneiro fez 206 internações custando 389.000 reais, valor superior ao Santa Teresa com 824 internações, concluindo que o serviço privado é caro e questionando se há planejamento para ampliar oferta no serviço público. A terceira abordou a necessidade de complemento pelo setor privado, questionando se terceirizam exames de imagem por falta de equipamentos, profissionais ou ambos. A quarta relacionou filas de exames regulados com consultas reguladas, alertando sobre insuficiência estrutural e sugerindo urgência de concurso público. A quinta questionou discriminações na tabela 4.5: consultas com 19.027 e especialidade solicitante com 606, solicitando esclarecimento sobre especialidades e carência municipal. A sexta abordou fila de mamografia, observando meta de 55% sem diretrizes para alcançá-la. A sétima questionou pagamentos vencidos não realizados, solicitando valores discriminados. A oitava solicitou que venham contratos e convênios vigentes junto do relatório. A nona observou execução de 580 milhões em 2024 contra dotação de 440 milhões em 2025, diferença de 140 milhões, questionando como o executivo lidará com isso e quais cortes estão em curso. As duas últimas foram solicitações: que a quantidade de médicos que atendem na UPA fossem discriminados no relatório por especialidade, já que só há o número total, e que a lei 877 de 17 de maio do ano passado sobre publicação do boletim de dados sobre direitos sexuais e reprodutivos, de sua autoria, fosse incluída no próximo relatório quadrimestral. O Presidente abriu para a equipe da mesa responder os questionamentos da vereadora. Carlos Alberto direcionou as perguntas para cada área técnica responder, iniciando pela primeira sobre agravo mais notificado interpessoal e autoprovocada, defendendo que nas reuniões foi discutido que o relatório quadrimestral presta mais conta do que faz perfil da saúde, sugerindo que realmente devem olhar esses casos, qualificá-los e transformar num relatório anual com perfil saúde, não só esse como outros citados pela vereadora. Sobre a segunda pergunta da parte hospitalar, Carlos mencionou que a Ana, superintendente de regulação, poderia responder, acreditando que o Santa Teresa é alta complexidade com custo maior. Ana Deacques confirmou, complementando que fazem neurocirurgia que é cara, angioplastia, cateterismo, parte cardiovascular de alta complexidade com custo mais alto, além de cirurgias ortopédicas com próteses mais caras. Sobre a terceira pergunta da necessidade de complemento de serviços pelo setor privado e terceirização de exames de imagem, Ana respondeu que são ambos os problemas - equipamentos e profissionais. Alguns exames têm dificuldade de conseguir profissional, inclusive casos em que o próprio Alcides tenta contratar e não consegue, como eco transesofágico. Têm volume muito grande de exames

Tau

diferenciados, alguns não conseguem prestador mesmo privado devido à defasagem da tabela SUS. Muitas coisas são feitas no próprio Alcides e Nelson, mas têm limitação de espaço físico. O serviço do Alcides aumentou muito ao longo dos anos sem crescimento do espaço físico correspondente. A defasagem da tabela SUS dificulta contratação de certos serviços como colonoscopia, que o Alcides faz mas é demorado com preparo, anestesia e sedação, não conseguindo ofertar grandes quantidades diárias. Mencionou processos licitatórios de chamamentos sendo abertos para conseguir novos prestadores. Ana complementou sobre a fila, explicando que é grande também porque têm outras questões, às vezes a unidade não dá baixa, estão tentando fazer limpeza da fila com pessoas ligando para verificar se ainda precisam do exame, trabalhando junto com atenção primária para reavaliação de quem está muito tempo na fila, e limpando a fila de pessoas que foram a óbito, mas não tinham essa informação, nunca tendo sido feita limpeza desse tipo no sistema. Anderson Garcia complementou sobre a situação da fila, pontuando que estão apresentando o quadrimestre, mas essa fila não foi incluída dentro desse quadrimestre, é uma fila antiga de longos anos de ausência da prestação do serviço, sendo o resultado total apresentado no quadrimestre. Carlos corrigiu que na verdade a fila é do quadrimestre conforme pactuado em reunião, fazendo as solicitações que aconteceram no quadrimestre conforme acordado na conversa. Sobre a quinta pergunta do aplicativo, Carlos explicou que existe um aplicativo chamado Consulta Fácil onde as pessoas se auto agendam, sugerindo verificar e melhorar a informação devido à confusão gerada. Sobre a sexta pergunta dos quadros técnicos e especialidades, mencionou que o levantamento para concurso está sendo feito, já sabendo de déficit em psiquiatria e algumas áreas. Anderson Garcia respondeu sobre a situação do concurso público, informando que na semana fizeram reunião no Conselho Municipal de Saúde na Comissão de Recursos Humanos, já havendo estudo anterior sobre quantitativo de profissionais necessários. O último concurso foi em 2016, prorrogado para 2018 e depois para 2020, mas não conseguiram suprir todas as vagas não por falta de vagas e sim por falta de candidatos, alguns aprovados não tomaram posse e outros que tomaram posse não continuaram prestando serviço. Alguns profissionais como neurologista, psiquiatria, psicólogo não conseguem contratar devido à defasagem no mercado. Não conseguindo no concurso público, abrem licitação para contratar na iniciativa privada, mas psiquiatra não conseguiram quantitativo necessário, assim como neurologia, pediatria, neuropediatria, cirurgia pediátrica, tendo dificuldade mercadológica para contratação, terceirizando o serviço para não ter descontinuidade. Já está tendo estudo e alguns casos precisarão criar vaga no plano de cargos e carreiras do município, médico não tendo essa necessidade por ter quantitativo suficiente, mas enfermagem e outros casos têm quadro praticamente cheio, precisando criar cargo com estudo de impacto financeiro. Sobre a sétima pergunta do monitoramento da programação anual sobre indicador mamografia, Carlos colocou Fabíola para responder, mencionando que o plano de ações está dentro da PAS, não sendo colocado no quadrimestre, mas tendo todo plano de ação escrito. Fabíola Reque respondeu que têm planejamento anual pela PAS e dentro dos indicadores da pactuação bipartite com o estado, dividindo na pactuação para o quadrimestre com avaliação a cada 4 meses. A área técnica da saúde da mulher implementa ações no decorrer dos anos, prontificando-se a encaminhar como lidam com a mamografia no município, tendo que cumprir 50% do indicador das mulheres que precisam fazer, pactuando 55% sendo o preconizado 50%. Sobre a oitava pergunta financeira sobre pagamentos que venceram e não foram realizados, Carlos direcionou para Michele responder sobre dívidas não pagas e valores discriminados. Michele Lagos informou que têm montante de dívidas em liquidados a pagar em torno de 11 milhões, lembrando que essas dívidas não se referem apenas a despesas executadas em 2025, pois vão surgindo processos de despesas que chegaram esse ano, mas foram executadas em exercícios anteriores. Não tendo de forma individualizada porque são diversos fornecedores, incluindo fornecedores de medicamentos e prestadores de serviços. Destacou que vêm encontrando dificuldade de realizar pagamentos da dívida do ano porque também têm dívidas do ano passado, e os fornecedores não aceitam que se pague a despesa do mês se não pagar o anterior, gerando desequilíbrio nas despesas, mas tentam conversar e negociar para que não haja desabastecimento na rede, fazendo esse trabalho diariamente. Ofereceu encaminhar a relação da despesa se solicitado. O Vereador Léo França solicitou questão de ordem pedindo destaque especial na ata da fala da servidora Michele, informando que apresentaria dados completamente diferentes e depois questionaria o secretário em sua fala, solicitando registro em ata da fala da servidora. O Presidente confirmou que seria registrado em ata. Carlos continuou sobre o orçamento feito para 2025 na faixa de 440 milhões com suplementação de 38 milhões há pouco tempo, comparando

Tau

ao orçamento do ano passado de 580 milhões, questionando se haveria estratégia para reduzir a diferença ou cortes. Ponderou que o orçamento sempre vem menor do que termina, observando orçamentos que chegaram a 600 milhões só da saúde porque existem recursos que implementam o orçamento como emenda parlamentar, recursos de convênios firmados, cofinanciamento, sendo a tendência orçamentária da saúde aumentar. A Vereadora Júlia Casamasso solicitou questão de ordem para brevemente pontuar agradecimentos ao Carlos pelas respostas, agradecendo a inclusão das filas porque sequer tinham esse elemento no quadrimestre, sendo muito importante mesmo que seja do quadrimestre, acreditando que trabalharão muito para ter relatório anual por ser fundamental para visão do todo da saúde. Ficou feliz de saber que está havendo levantamento para concurso porque o último foi em 2016, fazendo quase 10 anos ano que vem sem concurso. Comentou que muitas vezes as pessoas deixam o funcionalismo porque a carreira não é valorizada, destacando a importância de valorizar os servidores por serem eles que atendem a população. Solicitou envio de requerimento de informação pedindo o plano de ação da mamografia e detalhamento dos 11 milhões da dívida. O Presidente passou a palavra para a Vereadora Professora Livia Miranda com 5 minutos. A vereadora cumprimentou a todos, fazendo observação geral de que o relatório anterior, embora com qualidade de imagem pior, tinha informações mais detalhadas que esse relatório. Antes de apresentar questões sobre o relatório, questionou sobre dado que não estava ali: o estado do Rio de Janeiro tem obrigação de repassar mensalmente ao município em virtude das portarias 1992 de 2008 e 1360 de 2008 quantia de quase 1 milhão de reais, questionando se o repasse está acontecendo e, considerando que em 2023 esse valor estava em torno de 10 milhões, qual a relação desses valores repassados. Carlos respondeu que esse valor são duas portarias referente ao Alcides Carneiro, tendo feito levantamento de em torno de 13 milhões em aberto de anos anteriores, com processo judicial correndo para cobrança desses valores. Anderson Garcia explicou que esse valor foi destinado ao Alcides Carneiro, ao SERHAC, e quando entrou com ação judicial houve agravo de instrumento por parte do Estado suspendendo esse repasse por período. Quando foi julgado o recurso foi dada razão que deveria ser feito esse repasse, mas o valor represado dos períodos suspensos teoricamente entrará em precatório por ser valor muito grande. O mensal o estado vem depositando e se houver falha têm maneira de pedir judicialmente com sequestro nas contas do estado. O problema é esse valor passado que teoricamente entrará em precatório, mas mensalmente está sendo repassado, e havendo atraso direcionam para o judicial efetuando sequestro na conta estadual. A Vereadora Professora Livia Miranda passou para observações do relatório, exemplificando que no que diz respeito à saúde da mulher, o relatório antigo tinha detalhamento sobre cirurgias ginecológicas, mastologias, e esse não tem. Sobre a questão da mamografia apresentada pela Vereadora Júlia, apresenta razão das realizações, mas não tem quantitativo no relatório, sendo um problema. Sugeriu que na discussão com o Ministério Público esse pode ser um dos encaminhamentos, pois o relatório precisa ter padrão. Comparar o relatório anterior com esse foi grande quebra-cabeça porque estava desconfigurado, não tendo mesmo padrão das apresentações, sendo desafio que imagina também em quem está no serviço público, facilitando a transparência para qualquer cidadão que quiser acompanhar esses dados. Destacou que o relatório não apresenta informações sobre quantos DIUs foram colocados no quadrimestre, não tendo subtópico sobre direitos reprodutivos. O relatório anterior tinha números sobre pré-natal, mas este apresenta lacuna sobre acompanhamento das ISTs, não tendo informações sobre PREP ou PEP, dados importantíssimos considerando que o maior agravo notificado pelo SINAN foi sífilis com 164 casos, mas sem outros acompanhamentos sobre IST. Observou também que o relatório anterior tinha informações sobre saúde LGBT e este não tem. Sobre saúde mental, mencionou audiência pública recente sobre violência infantil e a demanda enorme de acompanhamento às crianças que sofrem violência pela saúde mental, observando falta crescente de profissionais da área. O relatório anterior tinha dados detalhados sobre saúde mental, dados sobre CAPS, CAPS AD, e este tem lacuna grande, inclusive sobre encaminhamentos ao Conselho Tutelar e Defensoria Pública. Na tabela 4.17 sobre discussão de casos entre profissionais e residentes terapêuticos, os números aparecem repetidos causando distorção no total, não permitindo comparação se o atendimento aumentou ou diminuiu, sendo problema metodológico que precisa ser aprimorado. Sugeriu incluir dados do banco de leite humano do Alcides Carneiro no relatório, reconhecendo o trabalho de excelência realizado pela equipe, destacando a necessidade de dar publicidade para a população conhecer e contribuir, além de valorizar o trabalho que contribui para redução da mortalidade infantil neonatal. Carlos Alberto respondeu que atenderiam as demandas da vereadora, solicitando encaminhamento das questões. O Presidente solicitou resposta às



solicitações da vereadora. Carlos concordou com o comparativo solicitado, reconhecendo a necessidade de organizar e igualar os relatórios para não ficarem sem parâmetro. Explicou que seguindo as discussões do grupo de trabalho, os últimos relatórios eram muito grandes, fazendo discussão para validar questões em lei, seguindo a linha legal mas querendo fazer diagnóstico da saúde, ponderando que o GT tem esse viés. Sobre os números repetidos em saúde mental, esclareceu que os números estão diferentes, não iguais, sendo informações que vêm das unidades compiladas para apresentação. Mencionou que o quadrimestre deve ter modelo padrão conforme já discutido, seguindo a lei no momento mas querendo criar relatório anual do perfil saúde. Anderson Garcia complementou sobre a questão das crianças com agravo psicológico, informando parceria com a Vara da Infância e Juventude realizando audiências concentradas mensalmente ou a cada dois meses pegando casos mais urgentes, levando representantes de cada departamento da atenção básica, psicologia e fonoaudiologia para suprir atendimentos urgentes como avaliações neurológicas para adoção. Fabíola Reque esclareceu que os dados de saúde mental compilaram todos os CAPS numa única informação, mas anotou as solicitações da vereadora. O Presidente passou a palavra para o Vereador Léo França com 10 minutos. O vereador cumprimentou todos os presentes e iniciou suas considerações fazendo observação sobre discrepância nos dados financeiros apresentados. Mencionou que Michele havia informado dívida de 11 milhões de reais em liquidados a pagar, mas segundo dados que possuía, apenas de medicamentos a dívida seria de 22 milhões de reais, questionando a diferença e solicitando esclarecimentos sobre a real situação das dívidas da secretaria. Destacou a importância da transparência total sobre os valores em aberto para que a população e os vereadores possam compreender a real dimensão dos problemas financeiros enfrentados pela saúde municipal. Sobre as filas de atendimento, mencionou ter dados de que 48 mil pessoas estariam aguardando exames no município, número significativamente superior aos apresentados no relatório, questionando a discrepância entre os números e solicitando esclarecimentos sobre os critérios utilizados para contabilização das filas. Enfatizou que essa informação é fundamental para dimensionar a real necessidade de ampliação dos serviços e para que a população tenha conhecimento da situação atual. Questionou detalhadamente sobre a situação da policlínica de Itaipava, perguntando se o projeto foi abandonado, modificado ou apenas suspenso temporariamente. Argumentou que seria importante para atender a população da região que hoje precisa se deslocar para o centro da cidade para ter acesso a especialidades médicas, representando dificuldade principalmente para idosos e pessoas com menor poder aquisitivo. Solicitou informações sobre cronograma, recursos necessários e perspectivas para retomada do projeto. Perguntou especificamente sobre os repasses do estado ao município, mencionando valores em atraso que segundo suas informações poderiam chegar a mais de 30 milhões de reais considerando diferentes programas e convênios. Questionou quais medidas concretas estão sendo adotadas para cobrança desses valores, se há processos judiciais em andamento e qual o impacto desses atrasos no funcionamento dos serviços de saúde municipal. Sobre recursos humanos, questionou quantos profissionais foram contratados no quadrimestre em análise e quantos deixaram a secretaria no mesmo período, solicitando dados específicos sobre rotatividade por categoria profissional. Argumentou que essa informação é importante para entender se há problemas de retenção de profissionais e quais podem ser as causas, como baixa remuneração, condições de trabalho inadequadas ou falta de perspectiva de carreira. Perguntou sobre a situação dos equipamentos das unidades de saúde, se há déficit significativo de equipamentos essenciais e qual o planejamento para novas aquisições. Mencionou receber reclamações sobre equipamentos quebrados ou obsoletos em algumas unidades, questionando se há recursos previstos para modernização do parque tecnológico da saúde municipal. Michele Lagos respondeu sobre as dívidas esclarecendo que os 11 milhões de reais mencionados referem-se especificamente a liquidados a pagar, ou seja, serviços já executados e entregues que estão aguardando pagamento, não incluindo empenhos que ainda não foram executados ou contratos em andamento. Explicou que existe uma diferença técnica importante entre essas categorias de despesas e que o montante total de compromissos financeiros da secretaria é efetivamente maior quando considerados todos os empenhos. Sobre medicamentos especificamente, confirmou haver dívidas maiores quando incluídos empenhos não executados, oferecendo detalhar os valores discriminadamente se solicitado formalmente pelo vereador. Ana Deacques esclareceu sobre as filas de atendimento explicando que os números apresentados no relatório referem-se apenas a consultas e exames regulados através do sistema oficial de regulação, não incluindo todos os tipos de atendimento disponíveis na rede municipal. Informou

Paula

que alguns dados ainda estão sendo compilados e organizados para inclusão nos próximos relatórios, reconhecendo que pode haver diferença entre os números apresentados e a realidade total das filias. Comprometeu-se a trabalhar para inclusão de dados mais abrangentes nos próximos relatórios trimestrais. Carlos Alberto respondeu sobre a policlínica de Itaipava informando que o projeto não foi abandonado definitivamente, mas está sendo reavaliado considerando as necessidades atuais da população da região e a disponibilidade orçamentária do município. Explicou que mantém o compromisso de atender adequadamente a população de Itaipava e região, mas que é necessário adequar os projetos à realidade financeira atual, podendo haver modificações no escopo original para viabilizar a execução dentro das possibilidades orçamentárias disponíveis. Anderson Garcia complementou sobre os repasses estaduais explicando que representam um gargalo importante que estudam constantemente na secretaria para encontrar alternativas, seja através da ampliação dos contratos existentes ou desenvolvimento de outras estratégias de financiamento. Sobre a dívida específica do estado, explicou tratar-se de situação histórica acumulada ao longo de anos anteriores, com algumas verbas já pagas pelo estado e outras ainda em aberto. Informou que enviam ofícios mensais de cobrança para todos os valores em atraso, mantendo controle rigoroso da situação. Destacou que o estado às vezes paga uma verba que estava atrasada mas simultaneamente atrasa outra, sendo uma situação de longa data que tentam resolver através de cobranças sistemáticas mensais e, quando necessário, através de medidas judiciais. O Presidente passou a palavra para o Vereador Tiago Leite com 10 minutos. O vereador cumprimentou todos os presentes, incluindo o secretário Luiz Cruzick, toda a equipe técnica presente, os demais vereadores e a população que acompanha a audiência. Iniciou suas considerações fazendo um elogio ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Saúde, reconhecendo que é importante destacar os avanços alcançados apesar das dificuldades enfrentadas. Argumentou que embora existam problemas e desafios, é fundamental reconhecer também os progressos e melhorias que estão acontecendo na saúde municipal. Destacou especificamente e de forma muito positiva o programa Amamenta Petrópolis que foi reconhecido nacionalmente, considerando isso uma conquista muito importante que demonstra a qualidade do trabalho desenvolvido pelos profissionais da rede municipal. Mencionou também a questão da ouvidoria municipal que obteve reconhecimento nacional, destacando que são conquistas que mostram que o trabalho está sendo bem executado em várias áreas da saúde municipal. Passou então a fazer perguntas pontuais e específicas sobre diferentes aspectos do relatório apresentado. A primeira pergunta referiu-se aos agentes comunitários de saúde, solicitando informações sobre quantos agentes comunitários existem atualmente no município e qual é a cobertura populacional que eles conseguem atender. Argumentou que essa informação é importante para avaliar se a cobertura está adequada às necessidades da população e se há necessidade de ampliação do quadro desses profissionais. A segunda pergunta abordou especificamente a área de saúde mental, mencionando que no relatório constam 31.002 atendimentos realizados no trimestre. Questionou como está a distribuição desses atendimentos entre os diferentes tipos de CAPS existentes no município - CAPS I, CAPS II e CAPS AD - e se existe algum planejamento específico para ampliação desses serviços considerando a crescente demanda por atendimento em saúde mental na população. A terceira pergunta referiu-se à questão da vacinação, observando que não identificou dados específicos sobre cobertura vacinal no relatório apresentado. Solicitou informações sobre como está a cobertura vacinal do município, principalmente das vacinas do calendário básico infantil, considerando a importância desses dados para avaliar a situação epidemiológica e a efetividade das campanhas de vacinação. A quarta pergunta abordou a questão dos medicamentos, mencionando que tem recebido muitas reclamações da população sobre falta de medicamentos nas unidades de saúde. Questionou como está a situação do estoque de medicamentos no município e se há algum problema específico no sistema de abastecimento que esteja causando essas faltas relatadas pela população. Por último, sobre a questão dos recursos humanos, mencionou que Anderson havia falado sobre o concurso público durante a audiência. Questionou qual é o cronograma previsto para realização desse concurso público e quais são as principais especialidades médicas e outras categorias profissionais que serão contempladas no certame, considerando as necessidades identificadas na rede municipal de saúde. O Secretário Luiz Cruzick agradeceu as perguntas do vereador e iniciou as respostas informando que atualmente o município possui aproximadamente 280 agentes comunitários de saúde ativos trabalhando na rede municipal. Explicou que esses profissionais conseguem proporcionar uma cobertura de aproximadamente 65% da população municipal, cobertura que considera boa mas que ainda precisa



ser ampliada para atingir um percentual maior da população. Solicitou que Fabíola complementasse as informações sobre os agentes comunitários. Fabíola Reque complementou confirmando os dados apresentados pelo secretário sobre os 280 agentes comunitários ativos e a cobertura de 65% da população. Informou que a meta estabelecida é conseguir chegar a 70% de cobertura populacional através dos agentes comunitários de saúde. Explicou que ainda existem algumas áreas descobertas no município, principalmente em algumas regiões mais afastadas do centro urbano, mas que estão trabalhando sistematicamente para ampliar essa cobertura e atingir as metas estabelecidas. Sobre a área de saúde mental, o secretário informou que os 31.002 atendimentos registrados no quadrimestre estão distribuídos entre os três CAPS que o município possui: CAPS I, CAPS II e CAPS AD. Confirmou que existe sim um planejamento para ampliação desses serviços de saúde mental, incluindo estudos para viabilizar a abertura de um CAPS Infantil, considerando que existe uma demanda muito grande por atendimento especializado em saúde mental para crianças e adolescentes no município. Sobre a questão da vacinação, o secretário informou que a cobertura vacinal do município está dentro das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Destacou que tiveram algumas campanhas muito exitosas durante o quadrimestre analisado, como a campanha de vacinação contra gripe e a campanha de vacinação contra COVID-19, que apresentaram boa adesão da população. Solicitou que a equipe da vigilância epidemiológica pudesse dar mais detalhes específicos sobre os números de cobertura vacinal. A equipe da vigilância complementou informando que a cobertura vacinal do calendário básico infantil está em 85%, percentual que está dentro da meta preconizada pelo Ministério da Saúde, que estabelece 80% como meta mínima. Reconheceram que tiveram algumas dificuldades pontuais com algumas vacinas específicas durante o período, mas conseguiram manter a cobertura vacinal dentro do esperado e das metas estabelecidas pelos órgãos competentes. Sobre a questão dos medicamentos, o secretário reconheceu que realmente tiveram alguns problemas pontuais de desabastecimento durante o quadrimestre. Explicou que essa situação pode acontecer por várias questões diferentes: às vezes é problema na própria indústria farmacêutica nacional, às vezes são problemas de logística de distribuição, e às vezes são problemas financeiros relacionados a atrasos nos pagamentos. Informou que estão trabalhando sistematicamente para minimizar esses problemas e garantir o abastecimento regular das unidades. Solicitou que Michele pudesse falar especificamente sobre a questão financeira relacionada aos medicamentos. Michele Lagos explicou que existe um orçamento específico destinado para aquisição de medicamentos na secretaria. Reconheceu que às vezes podem ocorrer alguns atrasos nos pagamentos aos fornecedores, situação que pode gerar desabastecimento pontual de alguns medicamentos, mas informou que trabalham constantemente com os fornecedores para manter o abastecimento regular mesmo nessas situações. Destacou que possuem um sistema de controle de estoque que permite identificar rapidamente quando há risco de desabastecimento de algum medicamento, possibilitando ações preventivas. Anderson Garcia respondeu sobre o concurso público informando que estão na fase final de elaboração do edital do certame. A previsão é que o edital seja publicado ainda no segundo semestre do ano corrente. Explicou que as principais especialidades que serão contempladas no concurso incluem médicos de várias especialidades diferentes, enfermeiros, técnicos de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos, entre outras categorias profissionais. Informou que estão fazendo um levantamento detalhado das necessidades específicas de cada área da secretaria para definir com precisão o número exato de vagas que serão oferecidas para cada categoria profissional. O Presidente abriu então para perguntas da plateia, convidando a população presente para fazer questionamentos. João Silva, identificando-se como morador do bairro Cascatinha, questionou especificamente sobre a situação dos médicos na UPA da Cascatinha. Relatou que em alguns dias quando procura atendimento na unidade não há médico disponível, ou há apenas um médico para atender toda a demanda da população, questionando como está a situação do quadro de médicos nas UPAs do município. Gustavo Gonzales Carneiro respondeu sobre a questão dos médicos nas UPAs explicando que possuem um quadro de médicos que trabalham em sistema de escala para garantir o funcionamento das unidades. Reconheceu que às vezes pode acontecer de ter alguma ausência por motivo de doença ou outro motivo justificado, mas informou que sempre tentam cobrir essas ausências para manter o atendimento funcionando. Especificamente sobre a UPA Cascatinha, informou que possuem uma escala com médicos clínicos e pediatras. Solicitou que o morador pudesse informar dias específicos em que essa situação aconteceu para que possam verificar o que ocorreu e tomar as providências necessárias para evitar que se repita. Maria Santos, identificando-se como moradora de

Rau



Itaipava, questionou sobre a situação dos exames no município. Relatou que sua filha está há 3 meses aguardando para fazer uma ultrassonografia, questionando como está essa situação da fila de exames e quando sua filha poderá ser atendida. Ana Deacquês respondeu à senhora Maria sobre a questão dos exames de ultrassonografia, reconhecendo que realmente existe uma fila para esse tipo de exame, mas informando que estão trabalhando sistematicamente para diminuir essa fila de espera. Explicou que possuem carros equipados com ultrassonografia que estão rodando pelas unidades de saúde para aumentar a oferta desse exame para a população. Solicitou que a senhora pudesse procurar a unidade de saúde onde sua filha está cadastrada para que possam verificar a situação específica dela na fila e tentar agilizar o atendimento dentro das possibilidades. Carlos Oliveira, identificando-se como representante do Conselho Municipal de Saúde, parabenizou a Secretária de Saúde pela apresentação realizada e pela transparência demonstrada durante a audiência. No entanto, manifestou preocupação específica com a questão financeira da secretaria, questionando como estão planejando para garantir a sustentabilidade financeira dos serviços de saúde ao longo do ano, considerando as dificuldades orçamentárias apresentadas. O Secretário Luiz Cruzick agradeceu a pergunta do representante do Conselho Municipal de Saúde e reconheceu que a questão financeira realmente representa um desafio muito grande para a gestão da saúde municipal. Explicou que estão trabalhando em várias frentes diferentes para enfrentar essa situação: buscando recursos adicionais junto ao governo federal e estadual através de convênios e programas específicos, otimizando os gastos através de melhor gestão dos recursos disponíveis, renegociando contratos com fornecedores para obter melhores condições de pagamento, e também trabalhando para melhorar a eficiência dos serviços prestados à população. Destacou que contam com o apoio da prefeitura municipal e estão confiantes de que conseguirão manter os serviços funcionando adequadamente apesar das dificuldades financeiras. O Presidente abriu então para as considerações finais, estabelecendo que cada vereador teria 2 minutos para suas manifestações finais. A Vereadora Júlia Casamasso agradeceu a presença de todos os participantes e a qualidade da apresentação realizada pela equipe técnica da Secretaria de Saúde. Considerou que a audiência foi muito produtiva, permitindo esclarecer várias questões importantes e identificar tanto problemas que precisam ser resolvidos quanto avanços que merecem ser reconhecidos. Reforçou a importância fundamental do grupo de trabalho que está sendo desenvolvido em conjunto com o Ministério Público, acreditando que essa parceria contribuirá significativamente para melhorar a qualidade dos relatórios e consequentemente a efetividade das audiências públicas. Destacou também a importância crucial da realização do concurso público para a saúde, argumentando que é necessário valorizar os servidores da área e garantir que a população tenha acesso a atendimento de qualidade com profissionais adequadamente concursados. Finalizou dizendo que a Câmara Municipal está presente para somar esforços, ajudar na resolução de problemas e fiscalizar de forma construtiva, considerando a saúde uma prioridade absoluta e comprometendo-se a continuar trabalhando em conjunto para melhorar cada vez mais os serviços oferecidos à população petropolitana. A Vereadora Professora Lívia Miranda agradeceu a presença de todos os participantes e parabenizou a equipe técnica pela apresentação realizada. Reforçou enfaticamente a importância de terem relatórios padronizados, com informações detalhadas e comparáveis entre diferentes períodos, argumentando que isso é fundamental para que os vereadores e a população possam acompanhar adequadamente a evolução dos indicadores de saúde do município. Destacou também a importância de darem mais visibilidade aos serviços de excelência que o município possui, como o banco de leite humano do Hospital Alcides Carneiro, argumentando que isso é importante não apenas para a população conhecer e poder contribuir, mas também para valorizar o trabalho dos profissionais envolvidos. Reforçou especialmente a necessidade urgente de ampliarem os serviços de saúde mental, principalmente voltados para crianças e adolescentes, considerando que essa é uma demanda crescente na sociedade e o município precisa estar adequadamente preparado para atendê-la. O Vereador Léo França agradeceu as respostas que foram fornecidas durante a audiência, embora tenha manifestado que ainda possui algumas dúvidas específicas que pretende esclarecer através de requerimentos formais de informação à Secretaria de Saúde. Deixou registrada sua preocupação particular com a situação financeira da saúde municipal, argumentando que é necessário ter transparência total sobre as dívidas existentes e sobre como elas estão sendo gerenciadas pela administração. Reforçou também sua preocupação com as filas de exames e consultas, considerando que 48 mil pessoas aguardando para fazer exames representa um número muito alto que precisa ser enfrentado com medidas concretas para diminuição dessas filas. Sobre a questão específica da policlínica

Tau

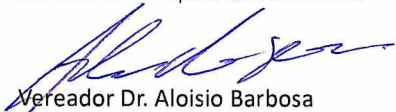
de Itaipava, manteve sua posição de que seria mais adequado manter o projeto original conforme inicialmente planejado, argumentando que atenderia uma população que hoje não tem acesso adequado aos serviços especializados de saúde. O Vereador Thiago Damaceno parabenizou toda a equipe da Secretaria de Saúde pelo trabalho que vem sendo desenvolvido no município. Reconheceu que não é fácil gerir a saúde pública, principalmente em tempos de dificuldades financeiras como os que o país e o município atravessam. Destacou a importância fundamental desse grupo de trabalho que está sendo desenvolvido em conjunto com o Ministério Público e a importância de terem dados transparentes e confiáveis, argumentando que isso é fundamental para que os vereadores possam fazer um bom trabalho de fiscalização e proposição de políticas públicas adequadas. Parabenizou especificamente a decisão de incluir os dados das filas de atendimento no relatório, considerando que isso demonstra transparência e compromisso real com a melhoria dos serviços prestados à população. Finalizou reforçando que os vereadores estão presentes para somar esforços, ajudar na resolução dos problemas identificados e trabalhar em conjunto em prol da saúde da população petropolitana. O Vereador Tiago Leite agradeceu as respostas fornecidas durante a audiência e parabenizou a equipe técnica pela apresentação clara e objetiva dos dados. Destacou especificamente os avanços que foram apresentados durante a audiência, como o reconhecimento nacional do programa Amamenta Petrópolis e da ouvidoria municipal, argumentando que isso demonstra claramente que o município possui profissionais competentes e dedicados trabalhando na saúde pública municipal. Reforçou a importância fundamental da realização do concurso público para a saúde e manifestou expectativa de que ele seja realizado o mais breve possível, argumentando que o município precisa de profissionais concursados, adequadamente valorizados e comprometidos com o serviço público. Comprometeu-se a continuar acompanhando de perto a evolução dos indicadores de saúde do município e garantiu que sempre que necessário estará presente para contribuir com sugestões construtivas e fiscalização adequada. O Secretário Luiz Cruzick solicitou permissão ao Presidente para fazer algumas considerações finais. Agradeceu sinceramente a todos os vereadores pelas perguntas formuladas, pelas sugestões apresentadas e pelas críticas construtivas recebidas, argumentando que isso é muito importante para a gestão da secretaria porque ajuda a identificar problemas que às vezes passam despercebidos e buscar soluções mais adequadas. Reafirmou que estão trabalhando incansavelmente para melhorar os serviços de saúde do município, reconhecendo que existem desafios grandes principalmente na questão financeira, mas comprometendo-se a fazer o melhor possível com os recursos disponíveis. Agradeceu especialmente toda a equipe técnica que estava presente na audiência e todos os profissionais de saúde que trabalham diariamente para atender a população, argumentando que sem o trabalho dedicado desses profissionais nada seria possível. Finalizou garantindo que a porta da secretaria está sempre aberta para o diálogo, para receber sugestões e para ouvir críticas, acreditando que é trabalhando em conjunto - executivo e legislativo - que conseguirão melhorar cada vez mais a saúde pública de Petrópolis. O Presidente Vereador Aloisio fez suas considerações finais parabenizando toda a equipe da Secretaria de Saúde presente na audiência sobre o relatório de saúde do primeiro quadrimestre de 2025. Parabenizou também todos os vereadores que estiveram presentes e participaram ativamente da discussão. Esclareceu que a audiência da saúde não tem a intenção de apontar falhas ou defeitos na gestão, mas sim promover um debate construtivo onde os vereadores, como fiscalizadores e legisladores, possam adequadamente avaliar as atividades da Secretaria de Saúde, identificar pontos onde podem contribuir e pontos onde podem questionar para que haja melhorias. Argumentou que essa é a função primordial dos vereadores e que em nenhum momento se trata de apontar falhas de serviço ou déficits, porque a saúde é muito dinâmica - num momento está tudo tranquilo, no momento seguinte surge uma crise ou uma pandemia e é necessário adequar todo o serviço de saúde para enfrentar a situação. Exemplificou mencionando que estão entrando no período sazonal do frio, quando haverá aumento dos quadros de infecções respiratórias, situação que de uma hora para outra lota as unidades de emergência, tanto no serviço público quanto no privado. Elogiou pessoalmente o Secretário Luiz Cruzick pela dedicação na missão que exerce, reconhecendo que não é uma missão fácil, mas muito difícil, garantindo que pode contar com a Comissão de Saúde e com os vereadores, mantendo-se aberto para o debate e sempre disponível para ouvir e receber críticas quando necessário. Destacou que a função da audiência de saúde é poder debater e levar adiante o propósito de atender cada vez mais e melhor a população petropolitana. Parabenizou também o trabalho que está sendo desenvolvido em conjunto com o Ministério Público através do grupo de trabalho, considerando

Rau

que isso demonstra o comprometimento de todos em melhorar a qualidade dos relatórios e consequentemente a qualidade dos serviços prestados à população. Destacou a importância da transparência, mencionando que a inclusão dos dados das filas, mesmo sendo um assunto delicado, demonstra o compromisso da gestão com a transparência e com a melhoria contínua dos serviços. Finalizou garantindo que a Câmara Municipal estará sempre de portas abertas para o diálogo, para contribuir com sugestões e para fiscalizar de forma construtiva, tendo como meta sempre a melhoria da qualidade de vida da população petropolitana. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a audiência pública às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, determinando que fosse lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e demais presentes. Não havendo mais nada a tratar a Reunião foi encerrada. Eu, Taise Stumpf de Lima Marques, Assistente de Apoio às Comissões, assinou e digitou esta ATA.


Taise Stumpf de Lima Marques

Assistente de Apoio as Comissões


Vereador Dr. Aloisio Barbosa

Secretário da Reunião+

